

DESTAQUES DA SEMANA

Tecnologia da Informação

13 a 17 de janeiro de 2025

Nesta Edição

- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Educação](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [Governo Digital](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Política](#)
- △ [Orçamento](#)
- △ [Consultas & Compras Públicas](#)
- △ [Nomeações](#)

Inteligência Artificial

- **Novas regras dos EUA dificultam o desenvolvimento de inteligência artificial pelo Brasil.** O governo Biden anunciou nesta segunda (13) novas regras sobre o acesso de chips de computador e tecnologias para o desenvolvimento de inteligência artificial (IA). As restrições têm o objetivo de desacelerar o avanço da China e aumentar o domínio americano sobre o setor. No entanto, especialistas avaliam que a medida pode também prejudicar as iniciativas brasileiras na área. A nova política **impõe cotas para a maioria dos países do mundo sobre as vendas de GPUs**, os chips essenciais para o desenvolvimento de grandes modelos de IA. Ela também impede que as empresas americanas compartilhem detalhes técnicos dos modelos de IA mais avançados com exceção de alguns aliados próximos dos EUA. As regras classificam os países do mundo em três níveis. Para o primeiro deles, não há restrições de acesso a GPUs e modelos de IA. Nele, estão 18 aliados próximos dos EUA, como o Reino Unido, o Japão, a maior parte da Europa, Austrália e Taiwan. Já para o grupo três, as exportações de GPUs e algoritmos de ponta são totalmente proibidas. Neste grupo estão China, Rússia, Irã e Venezuela. Com informações de: [O Estado de São Paulo](#)
- **CPQD vai investir R\$ 5 milhões para treinar modelos de Inteligência Artificial.** O CPQD está expandindo a infraestrutura do Laboratório de Conectividade, Inteligência Artificial e Aplicações Avançadas (LCIA), que passará a permitir o uso compartilhado com outras instituições, parceiros e clientes, viabilizando o desenvolvimento de soluções para a

transformação digital. Essa iniciativa faz parte de um projeto aprovado pelo MCTI/Finep na chamada pública [Pró-Infra Centros Temáticos](#), com foco na **melhoria da infraestrutura de pesquisa para desafios críticos**. Atualmente, o laboratório atende parceiros no desenvolvimento experimental de aplicações envolvendo conectividade, IoT, IA e realidade imersiva, mas sem acesso direto ao ambiente. Com a ampliação, será possível compartilhar recursos de forma segura, atendendo demandas de experimentação e inovação em múltiplos setores. Do orçamento aprovado de R\$ 8,9 milhões, cerca de **R\$ 5 milhões** serão investidos na aquisição de GPUs, essenciais para o treinamento de modelos de IA fortalecendo o compromisso do CPQD com a transformação digital e a colaboração tecnológica. Com informações de: [Convergência Digital](#)

- **Brasil está entre os países que mais usam IA generativa, segundo estudo Google e Ipsos.** O Brasil supera a média mundial no uso de inteligência artificial (IA), segundo pesquisa global do Google e da Ipsos em 2024. **Enquanto 54% dos brasileiros afirmaram utilizar IA generativa, a média global foi de 48%**. O estudo "*Our Life with AI: From Innovation to Application*" entrevistou 21 mil pessoas em 21 países, destacando o otimismo dos brasileiros, com 65% vendo a IA como promissora, contra 57% globalmente. A versatilidade da IA, aplicada além do entretenimento em áreas como trabalho e educação, contribui para essa visão positiva. Além disso, 60% dos brasileiros preveem aumento de empregos devido à IA, comparado a 49% no mundo. A confiança na transformação do mercado de trabalho pela IA também cresceu no Brasil, passando de 62% em 2023 para 68% em 2024. A percepção de necessidade de mudança de emprego por impactos da IA caiu de 20% para 15% entre os trabalhadores brasileiros no mesmo período, refletindo maior adaptação e confiança no uso da tecnologia. Com informações de: [TI Inside](#)

Educação

- **Lula assina até fevereiro decreto que regulamenta ensino a distância.** O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá assinar, até fevereiro, o decreto que regulamentará o ensino superior à distância no Brasil, conforme anunciado pelo ministro **Camilo Santana** (Educação) nesta quarta-feira (15). Camilo destacou a importância da medida para assegurar a qualidade da educação no país. Em 2023, já foi estabelecido que cursos superiores à distância deveriam ter, no mínimo, **50%** da carga horária presencial. O novo decreto, segundo o ministro, definirá critérios específicos, estabelecendo que alguns cursos sejam 100% presenciais e outros permitam formatos híbridos. Ele exemplificou a preocupação com áreas como enfermagem, onde 40% dos cursos estavam sendo ofertados integralmente à distância, questionando a viabilidade de formação adequada nesse formato. Com informações de: [Agência Brasil](#)

Mídias Sociais

- **Por enquanto, fim de checagem de fatos é limitado aos EUA, diz Meta.** O fim do serviço de checagem de fatos da Meta – *companhia que controla Facebook, Instagram e Whatsapp* – ocorreu apenas Estados Unidos (EUA), pelo menos por enquanto, informou a gigante da

tecnologia ao [responder](#) questionamentos da Advocacia-Geral da União (AGU). “Neste momento, **essa mudança somente será aplicada nos Estados Unidos**. Planejamos criar, testar e melhorar as Notas da Comunidade nos Estados Unidos antes de qualquer expansão para outros países”, informou a *big tech* estadunidense, destacando a intenção de expandir a mudança para os outros países. Desde 2016, a Meta oferece no Facebook e no Instagram um serviço de checagem de fatos, realizado por jornalistas e especialistas em cerca de 115 países, que apura as informações que circulavam nas redes eram verdadeiras ou falsas e oferecia a contextualização aos usuários. Com o fim da checagem de fatos, a Meta passou a adotar a política de “notas da comunidade”. Com isso, apenas usuários previamente cadastrados podem contestar alguma informação que circula nas plataformas. Com informações de: [Agência Brasil](#)

- **AGU adia audiência pública sobre mudanças da Meta.** A AGU (Advocacia Geral da União) **adiou** a audiência pública inicialmente prevista para 16 de janeiro de 2025, destinada a discutir as recentes mudanças da Meta, como a substituição do programa de checagem de fatos pelas Notas da Comunidade, modelo semelhante ao adotado pelo X. O encontro foi remarcado para a semana seguinte, com dia e horário ainda a serem definidos, devido à necessidade de maior organização e confirmação dos participantes. O novo modelo da Meta será implementado inicialmente nos Estados Unidos e depois expandido para outros países. A AGU informou que os convites estão sendo enviados a órgãos governamentais, entidades da sociedade civil, especialistas, acadêmicos e representantes de agências de checagem de fatos, mas nenhum nome foi confirmado até o momento. O evento é organizado pela AGU, sob a liderança de **Jorge Messias**, em parceria com os ministérios da Justiça e Segurança Pública (MJSP), dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), e a Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom). Com informações de: [Poder 360](#)

Governo Digital

- **Portaria Conjunta Prorroga e Novo Plano de Trabalho do Projeto "Sou gov.br".** A [Portaria Conjunta SGD e SGP/MGI nº 1/2025](#), aprova o novo plano de trabalho para a execução do **Projeto de Transformação Digital "Sou gov.br"**. O projeto visa aprimorar a conectividade dos serviços públicos, criando um canal de atendimento para direitos e benefícios de servidores públicos, além de melhorar a gestão de pessoas no governo federal. A medida também prorroga o período de execução das ações do projeto.

Economia & Tributário

- **Sanção da Reforma Tributária: Instituição de Novos Tributos e Reformulação do Sistema Tributário.** A [Lei Complementar nº 214](#), sancionada em 16 de janeiro de 2025, institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), além de criar o Comitê Gestor do IBS. A legislação traz alterações significativas, incluindo reduções nos impostos para setores como telecomunicações, indústria e produtos farmacêuticos, e a implementação do sistema split

payment, que separa tributos na liquidação financeira de transações. Embora a maior parte do [PL 68/2024](#) tenha sido sancionada, a Presidência **vetou** dispositivos relativos à soberania, segurança nacional e cibernética, que serão avaliados pelo Congresso. O texto prevê 100% de redução de CBS e de 20% de IBS no momento da cobrança, para os serviços de telecomunicação. Para o cálculo da devolução, serão consideradas as compras nos CPFs de todos os membros da unidade familiar, e não apenas do representante. Para **pesquisa e desenvolvimento**, foi atribuído regime específico com CBS e IBS zerados para serviços de pesquisa e desenvolvimento prestados por Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) sem fins lucrativos; aos itens de segurança da informação e cibernética, define itens **para redução em 60% do IVA para compras públicas de bens e serviços destinados à segurança nacional, segurança da informação e segurança cibernética**, que incluem:

- » Segurança em Tecnologia da Informação (TI);
- » Serviço de monitoramento de uso de dados pessoais e corporativos em redes do tipo onion;
- » Serviço de conexão protegida e criptografada para dispositivos; e
- » Identificação e alerta de arquivos maliciosos ou alterações indevidas em dispositivos, que permitam o acesso a informações.

Quanto ao *split payment*, aplicam-se:

- » simplificado: reservado para situações de venda no varejo para não contribuintes, em que é realizada a segregação de um percentual fixo de IBS/CBS;
- » manual: pagamentos em dinheiro ou por boleto; e
- » automático: compensação em tempo real.

O **split manual** será sempre uma opção disponível ao adquirente, mas sem que tenha responsabilidade solidária pelo tributo. Por fim, quanto às exportações de serviços, fica aplicado que os serviços financeiros, quando forem prestados para residentes ou domiciliados no exterior, serão considerados exportados e ficarão imunes à incidência do IBS e da CBS.

Administração Pública

- **Lula ainda precisa preencher vagas para diretores na Anatel, na Aneel e na Antaq.** As indicações de Lula para diretoria de **oito agências reguladoras** em dezembro de 2024 ainda deixaram espaços abertos nas diretorias de três agências reguladoras. A Agência Nacional de Telecomunicações (**Anatel**), a Agência Nacional de Energia Elétrica (**Aneel**) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (**Antaq**), juntas, possuem quatro cargos de diretores em aberto para 2025, incluindo uma **vaga de diretor-presidente**. Na Anatel, há duas vagas abertas, atualmente ocupadas pelos diretores substitutos Daniel Martins D’Albuquerque e Vinicius Oliveira Caram Guimarães. Conforme a assessoria de imprensa da agência, os diretores, ambos servidores de carreira, são respectivamente segundo e terceiro substitutos. Os substitutos podem atuar por um período de no máximo 180 dias, isto é, seis meses. Após o mandato acabar, caso não haja nomeação de um diretor até o momento, a primeira da lista poderá ser chamada de novo e assim sucessivamente. Primeira substituta, Cristiana Camarate deixou o cargo de diretora substituta em outubro de 2024. A substituição ocorre para não impedir que as agências deixem de tomar decisões por falta de diretores. Com informações de: [Congresso em Foco](#)

Política

- **Congresso volta a discutir propostas para redes sociais e Inteligência Artificial.** Após a Meta anunciar mudanças na sua política de checagem de fatos, a possibilidade de avanço nas propostas para regulamentar redes sociais e o uso de inteligência artificial (IA) voltaram a ser discutidas nos bastidores do Congresso. As principais propostas sobre os dois temas estão na Câmara dos Deputados. No mais recente movimento, o Senado aprovou em dezembro um projeto para regulamentar o uso de IA.
- » A **regulamentação das redes sociais no Brasil**, que avançou no Senado em 2020, ainda não tem progresso significativo na Câmara dos Deputados, devido à postura do deputado **Hugo Motta** (REP/PB), que evita se posicionar publicamente sobre o tema. Motta, favorito para suceder a Arthur Lira na presidência da Câmara, espera discutir as proposições após a eleição da Mesa Diretora, a ser realizada em fevereiro de 2025. Sua postura reflete uma estratégia de evitar críticas e garantir apoio de seus pares, aprendida com a experiência de Marcos Pereira (REP/SP).
 - » No **Senado**, **Davi Alcolumbre** (UNIÃO/AP), favorito para suceder a Rodrigo Pacheco, continua a apoiar a regulamentação das plataformas digitais, especialmente em relação à desinformação. Alcolumbre, que já impulsionou o projeto em 2020, acredita que a proposta é essencial para a democracia e não deverá bloquear sua tramitação.
 - » O **governo**, crítico das ações de Mark Zuckerberg, deve pressionar Motta e Alcolumbre a avançar com as propostas, e a presidente do PT, **Gleisi Hoffmann**, indicou que o partido priorizará o tema. No entanto, algumas correntes dentro do governo temem que a intervenção do Executivo possa criar resistência.
 - » **Entusiastas da Meta**, como aliados de Bolsonaro, resistem a qualquer medida que regule as redes sociais, defendendo que o Congresso não deve se envolver. Lira, ainda presidente da Câmara, sugeriu a análise de um texto sobre inteligência artificial, mas irritou-se com o Senado, que aprovou uma medida sobre o tema sem considerar outros pontos.
 - » **Especialistas** como Dora Kaufman alertam que a regulamentação das redes sociais não resolve todos os problemas causados pela tecnologia, enquanto o advogado Fabricio da Mota Alves observa que as grandes empresas de tecnologia, como as *big techs*, continuarão a resistir a qualquer regulação global. Com informações de: [Valor Econômico](#)

Orçamento

- **TCU avalia aplicação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.** Foi publicada nesta semana o [Acórdão de Relação 2642/2024](#), do Tribunal de Contas da União (TCU), que apresenta **relatório de acompanhamento da atuação** da Financiadora de Estudos e Projetos (**Finep**) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (**MCTI**) relativa à aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). A principal motivação para essa fiscalização contínua, iniciada em 2022, é o expressivo aumento dos recursos orçamentários do Fundo, que passaram de R\$ 2,3

bilhões em 2019 para cerca de R\$ 20 bilhões – *valor projetado para 2025 no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA)*. O Relatório do documento, o TCU estabelece providências relativas:

- » ao **Potencial de inovação da aplicação de recursos reembolsáveis** operados diretamente pela Finep:
 - ao Conselho Diretor do FNDCT, que, no prazo de 90 dias, elabore um estudo conclusivo sobre o **percentual ideal de alocação de recursos reembolsáveis e não reembolsáveis do FNDCT**, considerando os objetivos estratégicos da política de fomento à CTI, adequação dos instrumentos ao risco tecnológico, relação risco/retorno das operações e avaliações sobre a efetividade dos instrumentos e produtos da Finep, para subsidiar futuras revisões dos planos anuais de investimento;
 - ao Conselho Diretor do FNDCT, que, ao enviar a proposta orçamentária anual ao MPO, **justifique o percentual de alocação entre recursos reembolsáveis e não reembolsáveis**, considerando a estratégia de desenvolvimento socioeconômico, os objetivos estratégicos da política de CT&I e as avaliações disponíveis;
 - à Finep que, no prazo de 60 dias, inclua no plano de alterações dos sistemas de suporte às operações de crédito demandas para:
 - inclusão, nos painéis de dados do FNDCT na área de transparência, visualizações que indiquem a aderência às diretrizes estratégicas de CT&I; e
 - inclusão, nos painéis de dados relativos ao FNDCT, na área de transparência da Finep, uma coluna com o campo “Descrição/Resumo Publicável” dos projetos contratados, contendo informações não sigilosas, mas suficientes para o controle social.
- » ao **sistema corporativo de suporte à execução de operações não reembolsáveis**:
 - à Finep que, no prazo de 45 dias, apresente um cronograma para o desenvolvimento e implementação do referido sistema, incluindo o controle do estoque de prestações de contas.
- » à **implementação de sistema de monitoramento e avaliação (SM&A) e do Modelo de Avaliação Global do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (MAG/FNDCT)**:
 - ao FNDCT que elabore a lógica de intervenção para guiar a implementação, monitoramento e avaliação dos programas prioritários;
 - ao Conselho Diretor do FNDCT e à Finep, no prazo de 180 dias, elaborem a lógica de intervenção para guiar a implementação, monitoramento e avaliação dos Programas Prioritários ou de outros instrumentos;
 - ao Conselho Diretor do FNDCT, ao MCTI e à Finep, no prazo de 45 dias, elaborem plano de ação conjunto para implementação do SM&A e do MAG/FNDCT; e
 - ao MCTI e à Finep, no prazo de 60 dias, publiquem em seus respectivos portais o plano de ação para implementação do SM&A e do MAG/FNDCT.

Consultas & Compras Públicas

- **ABDI abre edital que destina R\$ 4,92 milhões para impulsionar vendas on-line nas regiões N, NE e CO**. Visando reduzir as desigualdades regionais no acesso ao mercado digital, a **Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)** lançou edital [E-commerce.BR](#), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e

Serviços (MDIC), para **fomentar o comércio eletrônico no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país**. Por meio do [edital](#), serão destinados R\$4,92 milhões para alavancar as vendas on-line nas três regiões. A primeira fase do processo seletivo buscará selecionar **20 projetos**, um para cada unidade da federação das regiões contempladas pelo edital. Na segunda etapa, nove projetos serão escolhidos para receber apoio financeiro, no valor de R\$ 380 mil. Destes, três projetos terão a oportunidade de prosseguir para a fase de escala em 2026, contando com acompanhamento técnico e apoio da ABDI e recebendo recursos no valor de R\$ 500 mil. Com essa iniciativa, a ABDI espera impactar mais de 800 empresas, ampliando a participação das MPMEs no comércio eletrônico nacional e estimulando o desenvolvimento econômico regional. Com informações de: [ABDI](#)

- **Circular SECEX abre Consulta Pública sobre Modificações na Tarifa Externa Comum do Mercosul.** A [Circular SECEX nº 1, de 14 de janeiro de 2025](#), abre **consulta pública** para propostas de alteração na Tarifa Externa Comum (TEC) e na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). O objetivo é recolher subsídios para o posicionamento brasileiro no Comitê Técnico nº 1 de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias do Mercosul. Manifestações devem ser enviadas ao Departamento de Negociações Internacionais da Secex pelo e-mail deintcgnr@mdic.gov.br no prazo de **45 dias** a partir da publicação no Diário Oficial da União, mencionando o número da consulta. Entre os itens em análise, destaca-se a alteração tarifária para máquinas com lentes intercambiáveis, de uso profissional, com sensor APS-C ou superior, resolução mínima de 18 megapixels, Wi-Fi e autofoco integrado.

Nomeações

- **Decreto nomeia Secretário Executivo da Secretaria de Comunicação Social.** O [Decreto de 15 de janeiro de 2025](#), estabelece **Tiago Cesar Dos Santos** para o cargo de Secretário-Executivo da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (PR).
- **SECOM nomeia nova Secretária de Estratégias e Redes.** A Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República publicou a [Portaria de 16 de janeiro de 2025](#), que determina a **Mariah Queiroz Costa Silva** para exercer o cargo de Secretária de Estratégias e Redes da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, **exonerando Brunna Rosa Alfaia** do cargo supracitado.